

# Tribuna BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários do Ceará | Edição nº 1519 | 09 a 14 de abril de 2018

## CAMPANHA SALARIAL

Mobilização já para defender a  
nossa Convenção Coletiva

### ACORDO AMEAÇADO



### Eleições Previ

De 18 a 30 de abril, vote Chapa 2 – Previ para os Associados. A Chapa é encabeçada por Márcio de Souza, candidato à diretoria de Administração (pág. 7)



Carlos Eduardo,  
presidente  
do SEEB/CE



**ARTIGO:** Leia sobre a importância de construir uma Previ forte para defender o patrimônio dos associados (pág. 2)

*Artigo*

# Construir uma Previ para os associados para defender nosso patrimônio

**N**o período de 18 a 30 de abril, os associados da Previ têm um importante compromisso com o nosso fundo de pensão. Essa será a hora de escolher os nossos representantes para a Diretoria, Conselhos Deliberativo e Fiscal e Conselhos Consultivos do Plano 1 e Previ Futuro.

A eleição de diretores e conselheiros é um dos momentos chave para escolher representantes comprometidos com a defesa dos interesses dos associados e capazes de administrar a Previ com integridade, competência e autonomia.

Nesse momento de ataque aos direitos e conquistas dos trabalhadores, essa eleição é muito importante. É necessária muita reflexão para escolher bem àqueles que vão falar por nós, associados, que terão o direito e a oportunidade de nos defender. Por isso, nós do Sindicato dos Bancários do Ceará indicamos o voto na Chapa 2 – Previ Para os Associados, composta por pessoas realmente comprometidas com os direitos dos associados e com sua defesa, acima de tudo.

Mais do que nunca, é preciso muita responsabilidade com a Previ nesse cenário político e econômico extremamente difícil que estamos enfrentando atualmente. Os investimentos da Previ são garantia de uma vida digna na aposentadoria e, para assegurar esse futuro é preciso atenção e luta constantes.

Com um patrimônio de R\$ 180 bilhões, a Previ é alvo constante de ataques e propostas contrárias aos interesses dos associados. De um lado, o governo pressiona o Banco do Brasil a reduzir direitos e compromissos com os funcionários. De outro lado, os interesses privados sempre rondam o patrimônio do nosso fundo de pensão e o alinhamento com os interesses dos associados é fundamental para reduzir os riscos e ampliar bons resultados. Se não tivermos unidade, capacidade de resistência e mobilização, podemos perder direitos conquistados e consolidados.

Para defender a nossa Previ e os nossos direitos, a Chapa 2 defende a melhoria da governança, defendendo o fim do voto de minerva, sendo contra a terceirização dos negócios da Previ, contra o projeto de lei (PLP 268) que quer entregar a Previ ao mercado, além de mais interação com os associados. A Chapa 2 tem ainda propostas específicas para o Plano 1 e Previ Futuro, buscando sempre defender os associados e proteger a Previ das ameaças.

Por isso, pedimos seu voto para a Chapa 2 para defendermos juntos a Previ.



**Carlos Eduardo,**  
presidente do  
Sindicato dos  
Bancários do Ceará  
e funcionário do BB

## CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

# Balanço da Funcef apresenta déficit de R\$ 6,5 bilhões em 2017

No dia 28/3, a Funcef apresentou o balanço anual de 2017. A fundação anunciou aos participantes um déficit de R\$ 6,5 bilhões, 50% maior que os R\$ 4 bilhões registrados em 2014, no início da atual gestão.

O déficit cresceu em todos os planos em 2017. No REG/Replan Saldado, foram R\$ 4,2 bilhões; no Não Saldado, R\$ 481 milhões; Novo Plano, R\$ 59 milhões; e REB, R\$ 878 mil, totalizando R\$ 4,7 bilhões, que somado ao déficit de 2016 (R\$ 12,4 bilhões), chegaria a R\$ 17,2 bilhões. O déficit de dois dígitos só não se confirmou porque R\$ 9,7 bilhões foram integralmente inseridos no plano de equacionamento previsto para começar em março deste ano. Essa parcela que entraria no balanço como déficit, foi lançada como “reserva a integralizar”, e é a mesma que será debitada a cada mês pelo prazo definido no equacionamento, por participantes e patrocinadora.

**CONTENCIOSO JUDICIAL** – Maior fator isolado de déficit nos planos de benefícios, o provisionamento para o contencioso previdencial (ações trabalhistas que geram revisão nos valores dos benefícios) havia sido contabilizado em R\$ 2,4 bilhões até novembro de 2017. No balanço anual,

*“A diretoria da Funcef não explica que a solução encontrada para abater mais da metade do déficit foi transferir a conta para os participantes. Enquanto a fundação diz que teve o melhor resultado da história, o pessoal do REG/Replan está pagando o maior desconto de todos os tempos, mais de 20”*

**Marcos Saraiva, diretor do Sindicato e da Fenae**



porém, a diretoria da Funcef decidiu reclassificar o grau de risco das ações, o que resultou na diminuição de R\$ 1 bilhão no provisionamento.

No balanço, fica claro que a Funcef tirou esse R\$ 1 bilhão da categoria das ações de perda provável (execução esperada) e reclassificou como perda possível (probabilidade de execução estimada em 50%), cuja contabilização não é obrigatória. Os valores envolvidos nas ações classificadas como de perda possível cresceram R\$ 3,9 bilhões e já chegaram a R\$ 15,9 bilhões. Essa foi a manobra encontrada para dizer que essa conta, que é de responsabilidade da Caixa, foi reduzida, quando ela foi apenas jogada para debaixo do tapete.

**GT SAÚDE** – O GT Saúde do Trabalhador se reuniu dia 27/3, em Brasília, para debater a necessidade urgente do estabelecimento de uma política de saúde mental na empresa, diante do aumento do adoecimento e afastamento por estresse, depressão ou exaustão mental.

Os representantes dos trabalhadores enfatizaram a necessidade de que as normas internas relativas às questões que envolvem a saúde e as condições de trabalho dos empregados precisam estar sintonizadas com os temas discutidos no GT, e denunciaram mais uma vez a política de subnotificação de doenças do trabalho, praticadas pelas gestões nos estados. Um novo encontro do GT será marcado para o final de maio.

## Eleições na Funcef terão 2º turno

O 1º turno das eleições na Funcef foi encerrado. Com 47,47% dos votos, a Chapa 1 ficou em primeiro lugar, seguida pela Chapa 2, com 37,85%, e pela Chapa 3, com 14,68%. As duas chapas mais votadas decidirão o segundo turno, que será realizado entre 16 e 18 de abril.

Dos mais de 132 mil eleitores aptos, apenas 63 mil exerceram o direito ao voto. No Ceará, cerca de 51% dos aptos a votar exerceram seu direito. Destes, 530 votaram na Chapa 1, 925 na Chapa 2 e 360 na Chapa 3.

A exemplo do 1º turno, a votação no 2º turno será 100% digital por meio do Portal da FUNCEF, do aplicativo da Fundação no celular ou no hotsite das Eleições 2018. A posse acontece no dia 30/5.

### RESULTADO FINAL – 1º Turno

CHAPA	TOTAL DE VOTOS RECEBIDOS	PORCENTAGEM
Chapa 1: Controle e Resultado	29.738	47,47%
Chapa 2: Juntos Pela Funcef	23.709	37,85%
Chapa 3: Chapa do Participante	9.196	14,68%
Branco	154	não se aplica
Nulo	370	não se aplica
<b>Total</b>	<b>63.167</b>	não se aplica



ITAÚ

## Funcionários sofrem com metas e mudanças nas regras do programa Agir

O programa AGIR, ligado à remuneração variável dos funcionários do Itaú, tem deixado os bancários descontentes. Além das pressões para o cumprimento de metas, os bancários vêm sofrendo com contabilizações erradas de pontos e mudanças unilaterais nas regras por parte do banco.

De início, o problema já surge quando gestores cobram que funcionários cumpram 1200 pontos do programa para que recebam alguma remuneração variável. O número ultrapassa a meta real do AGIR, que seria de 1000 pontos. Além disso, as contabilizações têm sido feitas de forma incorreta, retirando pontuação dos trabalhadores. Da mesma forma, mudanças de regras promovidas pelo Itaú, unilateralmente, também têm prejudicado muitos bancários das Emps (segmento de atendimento a empresas) e das agências.

A situação chega ao ponto de o banco cobrar metas que não serão pontuadas no programa sem que os trabalhadores sejam previamente avisados. Há também denúncias de mudanças de regras que tiram pontos de bancários que estariam elegíveis a receber a remuneração caso não fossem feitas as alterações.

Os representantes dos funcionários, por meio da Comissão de Organização dos Empregados (COE-Itaú), já cobraram do banco a discussão sobre as regras do AGIR. O Itaú, porém, segue se negando a negociar.

**COE ITAÚ** – A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu com o banco dia 23/3, em São Paulo. Os Centros de Realocação e Requalificação Profissional, previsto na cláusula 62 da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, foi o principal ponto de pauta tratado. A representação dos empregados quer criar um centro de realocação por estado e saber o número de vagas em cada um para permitir o acompanhamento



*“Os funcionários estão muito descontentes com o AGIR e com a forma que o programa vem sendo conduzido pelo banco para intimidar e pressionar os trabalhadores.*

*Queremos discutir o programa para que ele seja aplicado também em benefício dos bancários. Quanto aos centros de realocação e as homologações com presença dos sindicatos, o que queremos é garantir que todos os direitos dos trabalhadores sejam respeitados”*

**Francileuda Pinheiro, diretora do Sindicato**

pelos sindicatos. A cada três meses a COE e o banco vão se reunir para tratar sobre o Centro de Realocação e Requalificação e a questão do emprego.

Quanto às homologações, a COE Itaú apresentou a reivindicação sobre a manutenção das homologações das rescisões pelos sindicatos em suas sedes. O banco disse que não se opõe à assistência do sindicato no ato da rescisão, mas reafirmou a intenção de manter a forma de rescisão que vem realizando. A COE solicitou que não havendo a possibilidade de realizar as homologações nas sedes dos sindicatos, que o banco promova as rescisões de forma centralizada em um único local e informe ao sindicato local com antecedência. O objetivo é coibir perdas de direitos aos trabalhadores.

### Convênio

#### Sindicato firma parceria com Faculdade Grande Fortaleza

O Sindicato dos Bancários do Ceará firmou convênio com a Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF). A partir dessa parceria, os bancários sindicalizados e seus dependentes diretos terão descontos de 30% nas mensalidades dos cursos oferecidos pelo estabelecimento de ensino, além de inscrição gratuita no vestibular.

Com proposta pedagógica que visa o desenvolvimento de competências que sejam transversais entre os diferentes níveis do conhecimento e dos saberes, a FGF oferece cursos de graduação nas modalidades à distância e presencial, nas áreas de Administração, Ciências Contábeis Direito, Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Enfermagem e Licenciaturas, entre outros.

Recentemente, a FGF lançou o Curso Superior de Tecnologia em Logística, na modalidade à distância, com provas presenciais uma vez por mês. A primeira turma está prevista para 19/4, com carga horária de 196h, mensalidade de R\$ 269,00, material didático on-line, biblioteca virtual, professores mestres e doutores.

Mais informações:

[www.fgf.edu.br](http://www.fgf.edu.br)

Fone: 0800.600.8700

## CAMPANHA SALARIAL

# Reforma trabalhista ameaça 61% das cláusulas da CCT

Segundo reportagem do jornal Valor Econômico, 61% das cláusulas da Convenção Coletiva Nacional de Trabalho dos bancários deverão ser afetadas por causa da nova legislação trabalhista vigente desde novembro do ano passado. A informação é da Contraf-CUT, responsável pela negociação coletiva entre mais de 400 mil bancários e os bancos em âmbito nacional desde 1992.

Em 2016, os bancários fecharam uma Convenção Coletiva de Trabalho vigente por dois anos, o que protegeu a categoria, inicialmente, dos impactos da reforma trabalhista do governo golpista. Entretanto, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) analisa que a categoria bancária poderá ser uma das mais atingidas pela reforma golpista. Segundo a economista Vivian Rodrigues, a nova lei (lei 13.467/2017) têm impactos diretos na CCT, bem como no acordo específico da PLR.

O mesmo cenário é diagnosticado pela economista da subseção do Dieese da Contraf, Barbara Vallejos. Ela aponta que a reforma trabalhista pode alterar 43 cláusulas da CCT 2016/2018 dos bancários. Entre os principais temas impactados estão emprego, remuneração e saúde de trabalhador. “Fora esses temas, há que se estar atento a outros que não estão nos textos da minuta ou da Convenção, mas que podem afetar condições de trabalho”, completou a economista.

A Contraf aponta ainda como risco a alteração do tempo à disposição do empregador, períodos de descansos, o parcelamento de férias em três períodos como pontos que afetam diretamente a saúde do trabalhador, por exemplo. Os bancos também já estão anunciando acordos unilaterais de banco de horas e até já descartam a presença de sindicatos para



*“Precisamos, mais do que nunca, nos mobilizarmos para a campanha que se aproxima. A questão é a proteção das nossas conquistas e dos nossos direitos. Nós levamos décadas para construir uma estrutura de negociação coletiva nacional. Décadas para ter uma Convenção que vale para os bancários de todas as regiões brasileiras e não podemos permitir que isso seja retirado de nós”*

**Carlos Eduardo, presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará e da Fetrafi/NE**



sessões de homologação, decisão tomada também de forma unilateral.

**PRINCIPAIS IMPACTOS** – Para os bancários, os principais impactos da reforma trabalhista incluem remuneração, permitindo o parcelamento da PLR em mais de duas vezes; não garante a incorporação de gratificações por ocupação temporária de cargo de chefia ou comissionado; modifica o conceito de remuneração, retirando de sua composição itens como diárias para viagem, ainda que excedam 50% do salário-base, ajuda de custo, prêmios e abonos, o que amplia a parcela da remuneração sobre a qual não incidirão encargos trabalhistas e previdenciários.

A jornada de trabalho também pode vir a ser afetada, aumentando o limite

diário da jornada sem necessidade de pagamento de hora-extra; tudo pode ser compensado; permitindo compensação de banco de horas em até seis meses e sem necessidade de acordo formal; e possibilita a adoção da jornada de 12h x 36h. Os acordos por banco poderão prevalecer sobre a Convenção Coletiva e a reforma permite negociação individual para quem ganha acima de R\$ 11 mil.

A reforma trabalhista aprovada coloca os trabalhadores em período anterior à década de 1930, quando começou a ser construído no país um modelo de proteção social com regulação do Estado sobre o trabalho. Essa reforma tira do Estado a função de regulador e dá ao capital a total liberdade de ação sobre a mão de obra e o trabalho.

## PESQUISA

# Bancos reduzem 390 postos de emprego entre janeiro e fevereiro de 2018

## SALDO DO EMPREGO BANCÁRIO POR CNAE (BRASIL - Janeiro e Fevereiro de 2018)

	Admitidos			Desligados			Saldo	Diferença da Rem. Média (%)
	Nº de Trab.	Part. (%)	Rem. Média (em R\$)	Nº de Trab.	Part. (%)	Rem. Média (em R\$)		
Bancos Comerciais	84	2,0%	4.620,02	55	1,2%	5.994,55	29	77,1%
Bancos Múltiplos, com Carteira Comercial	3.960	92,7%	3.896,17	4.384	94,1%	6.345,99	-424	61,4%
Caixas Econômicas	86	2,0%	2.539,53	99	2,1%	4.194,65	-13	60,5%
Bancos Múltiplos, sem Carteira Comercial	120	2,8%	5.471,96	114	2,4%	7.916,50	6	69,1%
Bancos de Investimento	21	0,5%	10.402,43	9	0,2%	31.413,56	12	33,1%
<b>Total</b>	<b>4.271</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.959,35</b>	<b>4.661</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.382,97</b>	<b>-390</b>	<b>62,0%</b>

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED LEI 4.923/65 | Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

Os bancos reduziram 390 postos de emprego em todo o Brasil, nos dois primeiros meses de 2018, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Foram 4.271 admissões e 4.661 desligamentos. Apenas no mês de fevereiro, os bancos fecharam mais de 1.000 postos de trabalho pelo país.

A análise por Setor de Atividade Econômica revela que os "Bancos múltiplos com carteira comercial", categoria que engloba bancos como, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil, foram responsáveis pelo fechamento de 424 postos nos dois primeiros meses de 2018 e a Caixa Econômica foi responsável pelo fechamento de 13 postos.

Com foco em contratações nas faixas etárias entre 18 e 24 anos, os bancos criaram 1.635 vagas para trabalhadores com até 29 anos. Para a faixa etária acima de 30 anos, todas apresentaram saldo negativo (-2.025 postos, no total), com destaque para a faixa de 50 a 64 anos, com fechamento de 1.043 postos.

A postura adotada pelos bancos prejudica o crescimento do país. Sem geração de emprego e renda, o Brasil não voltará a crescer. Os bancos lucram cada dia mais enquanto os trabalhadores perdem os seus empregos.

**DESIGUALDADE** – As 2.078 mulheres admitidas nos bancos entre janeiro e fevereiro de 2018 receberam, em média, R\$ 3.378,25. Esse valor corresponde a 74,9% da remuneração média auferida pelos 2.193 homens contratados no período. Constata-se a diferença de remuneração entre homens e mulheres também nos desligamentos. As 2.263 mulheres desligadas dos bancos recebiam, em média, R\$ 5.573,07, o que representou 78,0% da remuneração média dos 2.398 homens desligados dos bancos no período.

**REFORMA TRABALHISTA** – As demissões sem justa causa representaram 56,5% do total de desligamentos no setor bancário entre janeiro e fevereiro de 2018. As saídas a pedido do trabalhador representaram 34,9% dos tipos de desligamento. Nesse período foram registrados, ainda, 8 casos de demissão por acordo entre empregado e empregador. Essa modalidade de demissão foi criada com a aprovação da Lei 13.467/2017, a Reforma Trabalhista, em vigência desde novembro de 2017. Os empregados que saíram do emprego nessa modalidade apresentaram remuneração média de R\$ 2.800,38, bastante inferior à média (R\$ 6.512,12).

## Breves

## Curso Paternidade: nova edição dia 21/4

A 14ª edição do Programa de Paternidade Responsável, promovida pelo Sindicato dos Bancários do Ceará através da sua Secretaria de Saúde, está programada para acontecer no sábado, dia 21/4. Os encontros são realizados sempre no 3º sábado de cada mês, no Sindicato (Rua 24 de Maio, 1289 – Centro), a partir das 9h. O programa tem como facilitador o psicólogo e terapeuta familiar, Ben-Hur Oliveira. Para participar, o bancário deve inscrever-se na Secretaria de Saúde do Sindicato, com a diretora Janaynna Lima (85 - 99183 7901), ou com o funcionário Erismar (85 3252 4266). As vagas são limitadas e abertas também à comunidade. O programa é pré-requisito para ter direito à licença paternidade de 20 dias (cláusula 26 da CCT).

## Penas duras para explosões

O Senado aprovou dia 27/3 um projeto de lei que prevê aumento de pena para roubo e furto que envolva uso de explosivos. O texto, originário do Senado, já passou pela Câmara e agora segue para a sanção presidencial. O objetivo principal do projeto é coibir os casos de roubo e furto nos quais são utilizados explosivos para destruir caixas eletrônicos e carros-fortes. O texto estabelece que a pena de furto qualificado, de 3 a 8 anos de prisão, será ampliada para 4 a 10 anos se houver emprego de explosivo. A mesma pena será aplicada para quem furtar substâncias explosivas. Pelo texto aprovado, os bancos serão obrigados a instalar nos caixas eletrônicos equipamentos que inutilizem as cédulas em caso de arrombamento, movimento brusco ou alta temperatura. As instituições financeiras terão de um ano e meio a três anos para concluir a adaptação.



## BANCO DO BRASIL

# Sindicato apoia Chapa 2 na eleição da Previ

Entre os dias 18 e 30 de abril, os funcionários do Banco do Brasil vão poder escolher seus representantes para a Diretoria de Administração, Diretoria de Planejamento, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo do Plano 1 e do Previ Futuro.

O Sindicato dos Bancários do Ceará indica o voto na Chapa 2 – Previ Para os Associados, que tem experiência comprovada de gestão, capacidade de diálogo e contam com o apoio da maioria das entidades sindicais e associativas de todo o País. Ingredientes fundamentais para defender os planos de benefícios e seus dependentes.

A Chapa 2 é encabeçada pelo candidato a diretor de Administração, Márcio de Souza, atual gerente de benefícios da Previ, juntamente com Paula Goto, candidata a diretora de Planejamento e filiada ao Previ Futuro.

**COMO VOTAR** – Funcionários da ativa votam pelo SISBB. Aposentados e pensionistas, funcionários cedidos e afastados, autopatrocinados votam site da Previ, pelo 0800, terminais de autoatendimento e pelo app no celular. Nos canais Previ, utilize a senha do autoatendimento da Previ. No TAA, utilize cartão e senha da conta corrente.



“A eleição de diretores e conselheiros é um dos momentos chave para escolher representantes comprometidos



com a defesa dos interesses dos associados e capazes de administrar a Previ com integridade, competência e autonomia. Pedimos o voto na Chapa 2 para defendermos juntos a Previ”

**Eduardo Marinho, diretor do Sindicato e funcionário do BB**

## CONHEÇA OS INTEGRANTES DA CHAPA 2 – PREVI PARA OS ASSOCIADOS

### Diretoria

#### Márcio de Souza

Diretoria de Administração

#### Paula Goto

Diretoria de Planejamento

### Conselho Deliberativo

Sérgio Riede (titular)

Luciana Bagno (suplente)

### Conselho Fiscal

Paulo César de França (titular)

Haroldo Vieira (suplente)

### Conselho Consultivo do Plano 1

Rubens Costa (titular)

Osvaldo Basso (titular)

Antonio Tremarin (suplente)

João Guassi (suplente)

### Conselho Consultivo Previ Futuro

Paulo Diaz (titular)

André Alves (titular)

Davi Basso (suplente)

Marianna Coelho (suplente)

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL****Sindicato cobra posição do BNB sobre reintegração dos demitidos na Era Byron**

O Sindicato dos Bancários do Ceará está cobrando da direção do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) uma posição oficial sobre o caso da reintegração dos demitidos da Era Byron. Na última rodada de negociação entre a Contraf-CUT, assessorada pela Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB), e a direção do Banco, no dia 19/2, foi entregue um documento cobrando uma posição do Banco sobre a reintegração. O diretor de Administração e TI, Cláudio Freire, informou que o assunto estava sendo tratado em nível de governo.

Entretanto, em reunião anterior realizada em setembro do ano passado, entre o diretor e a Comissão dos Demitidos, tendo a frente o ex-funcionário do Banco, Souza Júnior, Cláudio Freire havia orientado que somente o Conselho de Administração do BNB poderia encaminhar à SEST (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais) o pedido de autorização para assinar o Acordo. Sendo assim, a Comissão dos Demitidos procurou o presidente do Conselho, Ricardo Soriano, que informou que o Conselho somente poderia solicitar autorização da SEST após a Direção Executiva do BNB formalizar posição a respeito junto ao Conselho, ficando acertado que o chefe de gabinete da presidência faria esse encaminhamento junto ao Diretor de Administração do Banco.

“Já procuramos diversos parlamentares. Já tivemos reunião com representantes da SEST, com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, e até mesmo com o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Quem do governo deveríamos também procurar além do ministro do Planejamento, a quem se subordina a SEST? Michel Temer?”, questiona Souza Júnior. Segundo ele, esta é uma luta que já dura mais de

*“O Sindicato dos Bancários já apontou para a direção do BNB qual a saída para a reintegração sem qualquer insegurança jurídica. Basta atender a cláusula de reintegração que há 15 anos consta da mesa de negociação e incluí-la no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que é pactuado periodicamente. Isso já foi feito pelas entidades sindicais com relação aos demitidos no governo Collor”*

**Tomaz de Aquino, diretor do Sindicato e coordenador da CNFBNB**



15 anos, travada por 287 demitidos sem justa causa na Era Byron.

Souza Júnior informa ainda que existe um estudo técnico no ambiente de Gestão de Pessoas favorável à reintegração dos demitidos, realizado durante a gestão do então presidente Nelson de Souza, que apesar de ser favorável à reintegração não conseguiu implementá-la, talvez devido ao pouco tempo que ocupou a Presidência.

Esse estudo revela que o aumento da força de trabalho do BNB com a reintegração dos demitidos seria de 1,3%, enquanto o aumento do custo da folha salarial seria apenas de 0,8%.

**Toutros TOQUES****Farmácia Popular**

A Farmácia Popular está ameaçada. Em um encontro com a ABC Farma, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, declarou que o programa Farmácia Popular é muito caro.

Questionado se o programa vai continuar, Barros não respondeu. Foi com esse descaso que o ministro se referiu a um programa que garante a distribuição de medicamentos gratuitos de uso contínuo à população, beneficiando em especial os mais pobres que não têm renda suficiente para bancar o tratamento. Oficialmente, o governo anunciou que fará alterações no programa. No ano passado, o governo golpista fechou 400 unidades próprias de distribuição do programa.

**Desemprego recorde**

A taxa de desemprego atinge mais um recorde. O número de trabalhadores com carteira assinada caiu e o número dos que recorrem a bicos aumentou entre dezembro do ano passado e fevereiro deste ano, segundo pesquisa do IBGE divulgada dia 29/4. O desemprego passou a atingir 13,1 milhões de pessoas. Essa é mais uma prova de que a Lei Trabalhista de Temer, aprovada com a promessa de que seria a grande solução para recuperar o mercado de trabalho e aquecer a economia, era uma desculpa para dar legalidade jurídica aos empresários que queriam precarizar as condições de trabalho e lucrar mais.

**Biometria**

Os eleitores do Ceará que perderam o prazo para cadastramento biométrico podem regularizar a situação até 9/5. Essa é a data limite estabelecida pelo TSE para tirar 1ª via, transferir o título ou fazer alterações cadastrais – como a biometria, para votar nas eleições de 2018. Quem vai votar em 2018 em uma das 129 cidades do Ceará onde será obrigatória a biometria e não fez o recadastramento teve o título cancelado. Neste caso, deve procurar o cartório eleitoral ou posto do TRE para regularizar-se. Se preferir, pode agendar o atendimento no site do TRE/CE ou pelo número 148.